



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1001503-97.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adicional de Fronteira**
 Requerente: **Thiago dos Santos Calabrez**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação em que a parte autora postula o recálculo de seus vencimentos de acordo com a Lei nº 8.880/94, relativa à URV.

É o relatório.

Decido.

O pedido não comporta acolhimento.

Adota-se como fundamentos, com as devidas adaptações e acréscimos, os decorrentes de julgado (Recurso Inominado nº 0003600-29.2013.8.26.0566 – Comarca de São Carlos) de relatoria do i. magistrado desta Comarca, Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema, abaixo transcritos, por se tratar de situação semelhante, divergindo, apenas, quanto ao ocupante do polo passivo e a legislação que reestruturou a remuneração.

“Se é verdade que revelou-se ilegal a não utilização dos critérios do art. 22 da Lei nº 8.880/94 pelas pessoas jurídicas de direito público municipais e estaduais em relação aos vencimentos de seus servidores (STF, REExt 291.188/RN, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, 1ªT, j. 08/10/2002; STJ, REsp 1101726/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 3ªS, j. 13/05/2009), por outro lado da ilegalidade não resulta, necessariamente, o dano.

Os servidores públicos tinham direito à conversão na forma da lei federal mencionada, mas no processo judicial devem comprovar que a ausência de tal conversão, no seu caso específico, trouxe efetivo prejuízo, como exige o art. 373, inciso I do CPC-2015.

Tal como decidiu o STJ: “... o direito à referida conversão não conduz, por si só, ao reconhecimento de diferença a ser paga pelo ente federado, pois cabe ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

servidor comprovar a ocorrência de efetivo prejuízo com a não-observância dos critérios de conversão da moeda determinados pela Lei n. 8.880/94” (AgRg no AREsp 25969/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, 1ªT, j. 10/04/2012).

O prejuízo não é automático, devendo ser comprovado, tanto que o STJ vem negando provimento a REspS interpostos contra acórdãos em que o prejuízo foi afastado pela corte de origem (vide AgRg no REsp 1270611/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ªT, j. 16/10/2012).

No caso em tela, a parte autora não comprovou o efetivo prejuízo, expressamente impugnado em contestação e, em consequência, tornado controvertido.

Aliás, na contestação verificamos que houve reestruturação da carreira, por meio da Leis Complementares, que implementaram novos reajustes salariais, estabelecendo novo regime jurídico aos servidores, obstando a ocorrência de qualquer dano aos militares, sendo que o índice de 11.98 reflete situação peculiar do funcionalismo público federal, cuja data de pagamento ocorre no dia 20 de cada mês, o que não ocorre no âmbito estadual, cujo pagamento é no 4º dia útil.

A parte autora não enfrenta satisfatoriamente a questão do prejuízo; no final das contas, não se desincumbiu o (a) demandante de seu ônus probatório.

Nesse sentido, o E. TJSP em diversos julgados:

“SERVIDOR ESTADUAL. CF, art. 25 e 37, X. LF nº 8.880/94, art. 22. Plano Real. URV. Conversão. 1. URV. Prova do prejuízo. O Estado concedeu reajustes mensais aos servidores nos meses que antecederam à introdução da URV. Assim, ainda que a conversão não tenha sido feita, os servidores têm direito tão somente à diferença entre a remuneração que deveriam ter recebido se feita a conversão e aquela que lhes foi paga; pois não podem somar a variação da URV aos reajustes mensais concedidos. A diferença depende, ainda, de que fossem servidores naqueles meses e de continuarem a ocupar o cargo que então ocupavam, pois assente na jurisprudência desta Corte que a posse em novo cargo acarreta o pagamento dos vencimentos dele, sem a continuidade do pagamento do que não receberam no cargo anterior. O pedido é condenatório, não declaratório; de modo que cabe aos autores a demonstração da existência de diferenças não prescritas. 2. Reajustes posteriores. A URV foi o mecanismo encontrado pelo governo para devolver ao povo a noção de valor; foi um mecanismo de reajuste automático, inexistindo diferença de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

natureza entre ela e os demais reajustes concedidos antes ou depois. Não há fundamento para a sempre repetida afirmação nas decisões do STJ e mais recentemente do STF, nunca bem explicada, de que a URV tem natureza diversa dos reajustes da moeda ou de salários. Incompreensão das Cortes Superiores, ademais, da dinâmica que rege a revisão salarial no serviço público. Observação suplementar, pois o pedido não foi indeferido por causa da compensação, mas porque cabia ao autor demonstrar a existência das diferenças que está cobrando, ante a variação salarial no período. Acórdão que não descumpra a orientação do STJ no REsp. nº 1.101.726-SP” (Ap. 0617181-25.2008.8.26.0053, Rel. Torres de Carvalho, 10ª Câmara de Direito Público, j. 22/07/2013)

“PRESCRIÇÃO. Inocorrência. Obrigação de trato sucessivo e continuado, sobre a qual não incide a prescrição de fundo de direito, restando prescritas apenas as diferenças anteriores ao quinquênio anterior ao ajuizamento da ação. Inteligência das Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF. Prejudicial de mérito afastada. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Pretensão de recálculo dos vencimentos, de acordo com a lei nº 8.880/94, relativa à URV. Diferenças de vencimentos em face da conversão da moeda. Competência legislativa privativa da União. Aplicação compulsória aos Estados e Municípios. Observância do art. 22, VI, da Constituição Federal. Precedente do STF. Estado que, no entanto, concedeu reposições salariais, que equivale aos benefícios que os funcionários teriam conquistado com a conversão dos ganhos em URV, segundo a metodologia da legislação federal. Ausência de prejuízo; precedentes do STJ. Sentença de improcedência mantida, embora alterada parcialmente a fundamentação. Recurso improvido.” (Ap. 0026166-90.2012.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 16/07/2013)

“APELAÇÃO. Ação de cobrança. Servidor Público Estadual. Recálculo de vencimentos. Conversão em URV (Lei Federal nº 8.880/1994). Extinção do processo em razão do reconhecimento da prescrição do fundo de direito. Inocorrência. Reforma da sentença que se impõe. Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 85. Aplicação do artigo 515, §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil. Pedido inicial improcedente, contudo. Compensação com outros reajustes. Inocorrência. Aplicação, pela Administração, de regras mais favoráveis aos servidores, a superar a referida conversão. Ausência de comprovação de efetivo prejuízo. Recurso a que se nega provimento, ainda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

que por fundamentos diversos daquele lançado na sentença.” (Ap. 0014293-93.2011.8.26.0032, Rel. Maria Olívia Alves, 6ª Câmara de Direito Público, j. 18/03/2013)

Saliente-se, por fim, que estamos tratando aqui de responsabilidade civil, e esta funda-se, desde que foi historicamente separada da pena civil, pressuposto mais elementar para a deflagração de sua incidência. Dano que, no caso concreto, não foi comprovado – ao contrário, a parte ré demonstrou a sua inoccorrência...”

Não se pode presumir que a não aplicação dos critérios exatos da Lei 8.880/94 represente, automaticamente, prejuízo à parte autora. Isso porque, durante o período, o ente público valeu-se de normas próprias para atualizar o valor nominal dos vencimentos pagos, de forma a proteger seu valor real em face da desvalorização monetária. Nessa média, qualquer prejuízo decorreria da diferença entre o valor efetivamente pago pelo Estado e aquilo que seria devido de acordo com os critérios da Lei Federal. Tal diferença pode existir ou não, e pode ser positiva ou negativa, de forma que a demonstração concreta das perdas é imprescindível.

Ressalte-se que, no caso dos autos, a parte autora se utiliza de alegações genéricas, sem fazer calculos específicos para a sua situação, de acordo com a sua remuneração, tanto que sequer aponta o valor que entende devido.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. **Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 12 de junho de 2017.